

O papel pedagógico e educacional de perfis não-binários no Instagram

The pedagogical and educational role of non-binary profiles on Instagram

Giulian Pereira de Sales¹

RESUMO

A manutenção de uma lógica cisheteronormativa branca dentro da sociedade aciona uma série de instituições que precisam articular ações para preservar a naturalidade dos comportamentos presentes em um pensamento binário. Romper com essa binariedade não é algo simples, principalmente pela falta de visibilidade de possibilidades de se fazer no mundo. As redes sociais se tornaram um ambiente pedagógico, para esses fins, trazendo luz para outras existências de gênero, causando provocações e tensionamentos que espaços mais tradicionais, como a televisão, evitam apresentar. Neste artigo, foram analisados dois perfis que abordam a vivência não-binária para entender como eles desempenham essa proposta pedagógica de rompimento da binaridade de gênero a partir de propostas tensionadas pela Teoria Queer. **Palavras-chave:** não-binariedade, gênero, Teoria Queer, Instagram.

ABSTRACT

The maintenance of a white cisheteronormative logic within society triggers a series of institutions that need to articulate actions to preserve the naturalness of the behaviors present in a binary thinking. Breaking with this binary is not something simple, mainly due to the lack of visibility of possibilities of doing things in the world. Social networks have become a pedagogical environment, for these purposes, bringing light to other gender existences, causing provocations and tensions that more traditional spaces, such as television, avoid presenting. In this article, two profiles that approach the non-binary experience were analyzed to understand how they perform this pedagogical proposal of breaking the gender binarity from proposals tensioned by Queer Theory. **Palavras-chave:** non-binary, gender, Teoria Queer, Instagram.

INTRODUÇÃO

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: giulian.sales@aluno.ufop.br.

A construção da subjetividade é uma questão aprimorada e estudada por diversos autores, abordando diversos pontos que tensionam a construção e percepção do próprio gênero, sexualidade e posicionamentos dentro de uma ordem social. Para Kehl (2009), o tempo é um elemento importante na construção social, pois “toda ordem social é marcada, à sua maneira, pelo controle do tempo; essa talvez seja a face mais invisível e mais onipresente do poder. (...) A qualidade que define o psíquico não é espacial, é temporal” (p. 111). Ao trazer a construção da subjetividade para o temporal, Kehl (2009) apresenta a distinção entre três temporalidades: o instante de ver, o tempo para compreender e o momento para concluir. A contemporaneidade, porém, encurtou o tempo necessário para conseguir assimilar algumas informações — o tempo para compreender — partindo para uma lógica da urgência:

O homem contemporâneo vive tão completamente imerso na temporalidade do urgente dos relógios de máxima precisão, no tempo contado em décimos de segundo, que já não é possível conceber outras formas de estar no mundo que não sejam as da velocidade e da pressa. (...) Em tais condições, sofre-se a falta do “tempo de compreender”, a partir do qual o sujeito do desejo pode emergir como sujeito de um saber sobre si mesmo. O dispositivo psicanalítico oferece àqueles que o procuram, entre outras coisas, uma possibilidade de experimentar outra temporalidade, diferente daquela marcada pelos relógios e regulada pela urgência das demandas da vida prática. Uma temporalidade próxima da temporalidade da pulsação do sujeito inconsciente (KEHL, 2009, p. 123).

Sem o tempo do compreender, a autocompreensão fica prejudicada e a construção da subjetividade acaba sendo realizada sem um processo de reflexão, sendo pautada pela absorção das normas e dos caminhos que são apresentados pela sociedade. Para Guacira Lopes Louro (2008), reforça a importância da temporalidade para a construção do subjetivo, pois ela é capaz de modificar e afetar “corpos e identidades em dimensões aparentemente definidas e decididas desde o nascimento (ou até mesmo antes dele)” (LOURO, 2008, p. 15). Com a urgência de agir, as verdades sociais passam a ser naturalizadas, compreendidas como regra e com necessidade de serem assimiladas e seguidas por todas as pessoas, não há espaços ou possibilidades para reflexão. É assim que, mesmo antes de nascer, um sujeito começa a ter seu processo de “masculinização” ou “feminização” iniciado, como “efeitos das instituições, dos discursos e das práticas, o gênero e a sexualidade guardam a inconstância de tudo o que é

histórico e cultural” (LOURO, 2008, p. 17). Para garantir que uma pessoa está seguindo o seu caminho, os reforços institucionais vão acontecendo ao longo da vida, para Miskolci (2012), “é no ambiente escolar que os ideais coletivos sobre como deveríamos ser começam a aparecer como demandas e até mesmo como imposições, muitas vezes de uma forma muito violenta” (p. 38). Paul Preciado (2009) chamará o corpo heterossexual de “corpo castrado”, no qual foi necessário suprimir os desejos de pansexualidade para que pudesse se adaptar aos ideais da sociedade cisheteronormativa branca. Como podemos perceber, a temporalidade vigente na nossa sociedade é estimulada e construída na base do pensamento cisheteronormativo binário, na qual há apenas mulheres e homens, sendo que cada um desses dois gêneros devem desempenhar determinados papéis para a manutenção de uma ordem vigente.

O apagamento “social” das pessoas que sofrem com a violência e são maltratadas por romperem essa norma de gênero, é uma demonstração de como a temporalidade vigente é capaz de silenciar — até mesmo em estudos LGBTI+ — personagens que não seguem a “normalidade” imposta. Como reforça Miskolci (2012), “são meninos femininos e meninas masculinas, pessoas andróginas ou que adotam um gênero distinto do esperado socialmente, que costumam sofrer injúrias e outras formas de violência no ambiente escolar” (p.32). O ato de silenciar pessoas não-binárias, portanto, não é apenas uma realidade promovida por pessoas cisgêneras, brancas e heterossexuais, pois dentro da própria comunidade LGBTI+ há um silenciamento sobre as pessoas que não seguem a binaridade de gênero. Não se identificar como homem, nem como mulher tornou-se uma questão melhor estudada e questionada nos últimos anos, principalmente por meio da Teoria Queer. Ao perceber todo esse cenário, estabelecer um debate em torno de uma pedagogia que possibilite a reflexão, o autoconhecimento e as possibilidades de gênero dentro da sociedade se faz necessário. O princípio promovido pela Teoria Queer, é oferecer espaço para pessoas LGBTI+ poderem falar sobre suas vivências como LGBTI+, o que incentiva um processo de assimilação, ao promover oportunidades visíveis de diferentes formas de entender o próprio gênero, compreender as mais variadas classificações sobre essa realidade e, por fim, concluir sobre as diferenças existentes nas

pessoas. Como afirma Miskolci (2012), “Uma perspectiva queer exigiria repensar a educação a partir das experiências que foram historicamente subalternizadas, até mesmo ignoradas, mas que podem ajudar a repensar nossa sociedade, buscar superar injustiças e desigualdades” (p. 17).

Para Bernini (2011), a presença de corpos dissidentes sexuais e desobedientes de gênero em instituições e espaços midiáticos ajuda no processo de identificação de outras pessoas LGBTI+, esta perspectiva vai ao encontro com o pensamento de Monique Wittig (1991) ao afirmar que o controle do campo midiático oferece uma narrativa homogênea das histórias e personagens, conseguindo manter uma predominância da lógica cisheteronormativa. O pensamento cisheteronormativo branco acaba afeta os corpos diversas vezes, em uma verdadeira lesão de esforço repetitivo que começa a estruturar lógicas, pensamentos, ações, relacionamentos, autocompreensão e performance de sexualidade e gênero (AHMED, 2015). Na perspectiva normativa contemporânea, a pessoa recebe poucos estímulos para questionar a abrangência do que é gênero e, de forma contraditória, é estimulada a negligenciar seus pensamentos caso comece a identificar-se como uma pessoa trans, inclusive de forma violenta — em 2021, o Brasil completou 13 anos consecutivos como o país que mais mata pessoas transexuais no mundo². Nesse sentido, a não-binariedade — por anos subalternizada — dificilmente pode ser assimilada e compreendida por alguém.

Entretanto, para esse sujeito, a aquisição de uma consciência reflexiva será uma ação política preliminar e necessária, realizando uma ontologia (transformadora) da própria atualidade: só tal consciência o habilitará a estabelecer com os outros e consigo mesmo relações autênticas. No momento em que as minorias sexuais têm tomado a palavra contra os padrões de normalidade do sistema binário sexual, esse pensamento adquire caráter de urgência também para quem for definido por esses padrões como maioria (BERNINI, 2009, p. 38).

Este artigo tem a intenção de promover uma discussão sobre a Teoria Queer e a presença de perfis nas redes sociais — focado no Instagram — que debata pedagogicamente a questão da

² Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>. Acesso em 12/07/2022.

não-binariedade. Para isso, serão utilizados dois perfis que estão estabelecidos na plataforma e que trabalham com publicações que estimulam o conhecimento em torno da temática da não-binariedade: ser não-binário³ e jupi77er⁴.

1. DEBATENDO A BINARIEDADE

Antes mesmo do nascimento, o bebê recebe uma definição considerando a perspectiva binária de gênero: homem ou mulher. Essa divisão é representada em diversos momentos culturais e ritos sociais que vão desde a pergunta do profissional de medicina no momento da ultrassonografia para os responsáveis pela criança — “você quer saber o sexo?” — até a festa de chá-revelação, a qual tem ganhado cada vez mais adeptos e o centro da comemoração está na “descoberta” se o bebê será menino ou menina (DOS REIS; PINHO, 2016). A partir desse momento, o sujeito deverá corresponder a uma série de expectativas que está relacionada à sua performance no mundo, tendo iniciado — antes mesmo de nascer — um processo de masculinização ou feminização dessa pessoa (LOURO, 2008). Butler (1990), pontua que tanto o sexo, quando o gênero, são construções sociais e, nesse sentido não há um “gênero natural” a ser seguido, pois ele também é construído a partir de um discurso pré-definido social e culturalmente.

Também ao considerar as pesquisas de Butler e Benini (2011), “o dispositivo da sexualidade coloca dois sexos como causa do desejo sexual, mas, na realidade, para Butler (1990), a obrigação da heterossexualidade regula o gênero como relação binária em que o masculino se diferencia do feminino através do desejo e de suas práticas” (BERNINI, 2011, p.28). É nesse alicerce que o pensamento divisório entre cores, práticas e hábitos se sustenta, o que cria na cabeça das crianças a lógica do comportamento do que “é ser menino” e o que “é ser menina”. Esse discurso impede também que haja conhecimento de outras maneiras de performar o gênero, sendo considerada como “natural” e “orgânico” o pensamento que o mundo é dividido

³ Perfil disponível em: <https://www.instagram.com/sernaobinario/>. Acesso em 15/08/2021.

⁴ Perfil disponível em: <https://www.instagram.com/jupi77er/>. Acesso em 15/08/2021.

apenas entre homens e mulheres, impossibilitando as fluências entre eles ou até mesmo a não identificação com nenhum desses pólos (BERNINI, 2011). O discurso cisheteronormativo, ao tornar-se predominante, é compreendido como uma verdade, como o correto e natural, essa lógica atende ao pensamento capitalista vigente, pautado pelo patriarcado e acúmulo financeiro. Para Bernini (2011), a modernidade ocidental impõe alternativas de duas vertentes que dizem respeito ao sexo, ao gênero e à opção sexual, o que esclarece assim uma hierarquia na qual as pessoas que não seguem às regras do binarismo são subalterizadas e adjetivadas. Ao citar Lugones (2008), Lima (2020) vai defender que não há possibilidade de pensar no sistema de gênero atual sem considerar a colonialidade do poder, em que:

O sistema de gênero moderno/colonial não pode existir sem a colonialidade do poder. Sendo assim, tanto o lado oculto/escuro quanto o lado visível/claro são co-construídos pela colonialidade de poder e o sistema de gênero moderno/colonial. “Problematizar el dimorfismo biológico y considerar la relación entre el dimorfismo biológico y la construcción dicotómica de género es central para entender el alcance, la profundidad, y las características del sistema de género colonial/moderno” afirma Lugones (2008, p. 93). (LIMA, 2020, p. 180).

Correlacionando o processo de colonização e a implementação de uma sociedade binarista, Mieli (1977) vai defender que a existência e a vivência de pessoas interssex é uma comprovação de que a binariedade de gênero não é algo natural e orgânico. Bernini (2009) reforça o discurso da autora, ao defender que “todo ser humano, se seguisse sua verdadeira natureza, não sentiria apenas desejos sexuais voltados para pessoas do sexo masculino ou feminino, mas sentiria também os vestidos sociais seja do homem, seja da mulher muito apertados” (p. 26). Neste sentido, as instituições sociais se fazem necessárias para a dissiminação e a manutenção do padrão estabelecido como “natural” ou “bom”, é nesta lógica que o sistema educacional tradicional atuará, pautando as possibilidades de gênero e conduzindo os sujeitos para uma identidade heterossexual disciplinada e funcional para os processos de produção e reprodução da sociedade capitalista (BERNINI, 2009) — é importante dizer que há pessoas que mesmo colocadas dentro desse sistema conseguem expressar sua desobediência de gênero e dissidência social, mas isso não significa que a lógica implementada dentro da instituição escolar seja pensada para estimular o gênero e a sexualidade entendida

como “boa” socialmente. Citando Guacira Lopes Louro, Dos Reis e Pinho vai lembrar que a autora denomina como “corpo escolarizado” o sujeito produto de todo esse processo:

Guacira Louro (2000, p. 14) infere que as incorporações motivadas pela escola são valorizadas pela sociedade. Um exemplo disso é a prática do silêncio na sala de aula, ou o modo como se sentar e ocupar determinado espaço. O que a autora chama de corpo escolarizado é o corpo impregnado de características, gestos e indicações que foi adestrado para aquele ambiente – e que será testado fora dele. Esse ambiente de “teste” se configura, ainda, como um reforço (ou repressão) das incorporações. Assim, as posturas corporais aprendidas e assumidas na escola poderão ser potencializadas ou rejeitadas pela ação do currículo cultural aliado às outras instituições, como a família e a religião. (DOS REIS; PINHO, 2016, p. 17).

O ambiente escolar, assim como outras instituições sociais, segue o pensamento de heterossexismo e heteronormatividade. O primeiro consiste na pressuposição de que todos são, ou deveriam ser, heterossexuais, daí surge a heterossexualidade compulsória, como uma imposição de formatos de relações amorosas, afetivas ou sexuais apenas entre pessoas de gêneros opostos. A heteronormatividade, por sua vez, é a ordem que se dá no presente, pautada pelo modelo heterossexual, familiar e reprodutivo (MISKOLCI, 2012). Tudo o que não se encaixa dentro desse modelo, é apagado e silenciado — inclusive por meio de recursos violentos. É nesse contexto que estão os gêneros não-binários, os quais além de transgredirem à imposição social, ultrapassam os limites dos pólos, “indivíduos que não serão exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outrogeneridade, fluidez em suas identificações. (PINHO; REIS, 2016, p. 14). Desta forma:

A experiência da abjeção deriva do julgamento negativo do desejo homoerótico, mas sobretudo quando ele leva ao rompimento de padrões normativos como a demanda social de que gays e lésbicas sejam “discretos”: leia-se, não pareçam gays ou lésbicas, ou, ainda, de que não se desloque os gêneros ou se modifiquem os corpos, o que, frequentemente, torna meninos femininos, meninas masculinas e, sobretudo, travestis e transexuais vítimas de violência. Esses exemplos mostram como a sociedade reage mais violentamente com relação ao rompimento das normas ou convenções de gênero do que em relação à orientação sexual. (MISKOLCI, 2012, p. 41).

Essa abjeção cria uma barreira social e uma diferenciação entre o que é entendido, falado e compreendido. Ao refletir nas temporalidades propostas por Kehl (2009), torna-se impossível

pensar na possibilidade de romper com os padrões vigentes de gênero sem espaço para conseguir apresentar as outras maneiras de performá-lo. Para Pollak (1989), a fronteira entre o dizível e o indizível “separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem de uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor” (POLLAK, 1989, p.8). Por isso, quando pessoas não-binárias conseguem romper com o apagamento e apresentam suas existências em plataformas sociais, elas estão também rompendo com os tabus e apresentando memórias subterrâneas, “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória”. (POLLAK, 1989, p. 5).

Reforçando ainda mais como o pensamento da binariedade não é natural e orgânica, LIMA (2020) aponta que diferentes autoras mostram que as sociedades indígenas se organizam de maneiras diferentes em relação ao gênero. Antes da imposição do pensamento binário, diferentes tribos haviam classificações que “não sendo nem definidas a partir do gênero e nem tendo esse definido a partir de termos biológicos, nos mostrando casos como o terceiro gênero nas sociedades tribais e dos intersexuais, tanto antes como depois da colonização” (LIMA, 2020, p. 182). As identidades sexuais e de gêneros de tribos indígenas sofreram apagamentos com a colonização⁵, mostrando também que há diferentes formas de performar gênero em diferentes etnias e sociedades.

2. A TEORIA QUEER COMO PEDAGOGIA

O espaço escolar e a mídia são dois espaços de intimidação para pessoas que não se enquadram dentro do padrão da cisheteronormatividade. Isso porque, o processo pedagógico presente em

⁵ Como a colonização tentou apagar as sexualidades indígenas no Brasil. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/04/19/como-a-colonizacao-tentou-apagar-as-sexualidades-indigenas-no-brasil/>. Acesso 15/08/2021.

ambas as instituições — assim como em outras — é fundamentado para formar um pensamento comunitário em uma sociedade, a fim de estabelecer regras, padrões de comportamento, identificação com determinada cultura, entre outras coisas. Esses elementos são pilares para se criar o pensamento de Estado-Nação, e foi fortemente incentivado pelos governantes para fortalecer o espírito de nacionalidade nos países. A proposta queer, por sua vez, é de superar a pedagogização do sexo, pois transforma as prerrogativas modernas a partir do ponto de vista de pessoas que se identificam como LGBTI+, trazendo-as para mais perto dos interesses da sociedade e assim, reverte a pirâmide do pensamento educacional: trocando o princípio de Estado-População para População-Estado, que conforme Miskolci (2012):

(...) um dos grandes investimentos biopolíticos do Estado sempre foi na educação, e a proposta queer é de justamente superar a pedagogização do sexo e transformar a posição da educação não mais como subserviente aos interesses estatais e biopolíticos, mas muito mais comprometida com as demandas da sociedade civil, organizada ou não. (MISKOLCI, 2012, p. 16).

Deste modo, os estudos gays que colocavam pessoas LGBTI+ dentro de uma perspectiva heteronormativa — homens, cisgêneros, gays, classe média ou alta —, passam a ser contrariados pela Teoria Queer, já que existe um questionamento sobre a regra vigente, com uma pulsão de tencionar o debate em torno do gênero e da sexualidade a partir das vivências de pessoas LGBTI+. Assim, percebe-se maior abrangência nas proposições colocadas pelo queer, ao propor não apenas debater a vida de pessoas LGBTI+ dentro de uma sociedade heteronormativa, mas sim como superar essa visão de norma e estabelecer possibilidades de existências que sejam diferentes das constituídas como padrão (MISKOLCI, 2012).

Para Ronilk (2019), existem duas diferentes respostas para situações traumáticas: “um polo reativo, patológico, no qual nos despotencializamos, e outro ativo, no qual nossa potência vital não só se preserva, mas tende inclusive a intensificar-se” (p. 102). Ao considerar essa segunda resposta ao trauma, é recorrente ver pessoas LGBTI+ que assumem maior protagonismo sobre suas histórias e criam maneiras diversas para combater as violências. É essa tensão que possibilita, para Rolnik (2019), as construções de novas percepções e conceitos:

E se essa perspectiva de leitura faz diferença é porque as formas de sociedade resultam de um embate entre forças de vida ativas e reativas em diferentes graus, do qual depende a política dominante de subjetivação em cada contexto histórico, podendo prevalecer o destino reativo da pulsão, o que tem graves sequelas para a preservação da vida. (ROLNIK, 2019, p. 106).

A reação de pessoas queer, entretanto, gera um cenário de mais opressão em determinados espaços. Isso pode ajudar a entender os motivos que tornam difícil o debate acerca do gênero e sexualidade dentro de espaços institucionais, como a escola. Nos últimos anos, o Brasil tem convivido com essa discussão em níveis políticos, com diferentes projetos de leis em níveis municipais, estaduais e federais, que visam barrar a “ideologia de gênero” dentro das salas de aula. Embora não haja nenhuma ação que comprove a existência de uma “ideologia de gênero” dentro dos planos de educação no país, a reação das bancadas mais conservadoras do ambiente político mostra como é difícil conseguir entender potencialidades de gêneros e sexualidades que fujam do padrão binário e normativo (DOS REIS, PINHO, 2016).

Em suas pesquisas realizadas em escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, Dos Reis e Pinho (2016) apresentam de que modo essa realidade influencia na identificação de pessoas não-binárias, as quais:

Os relatos revelam que muitos casos de não-binaridade de gênero podem passar velados durante a Educação Básica, por diferentes fatores que vão da ordem individual – ainda não entender o que está acontecendo com a própria identidade de gênero –, à ordem coletiva quando o meio ou instituição social no qual a pessoa está inserida (família, escola, grupos de amigos) geram forte influência e normatização para o binário. É importante notar que esses dois fatores não estão dissociados, as questões de ordem individual serão fortemente afetadas pelas de ordem coletiva, e vice-versa – como indicou Maria Heilborn (2002, p. 78). (PINHO; REIS, 2016, p. 20).

Estudantes, porém não são seres em total passividade em relação ao processo de educação, eles também participam ativamente dos debates, trazem para o cenário escolar realidades que podem ser difíceis para educadores. Ao citar Bernini (2011), Dos Reis e Pinho (2016) elucidam que a ressignificação aponta que gêneros e sexualidades marginalizadas têm forçado a entrada no sistema educacional, o que rompe com as barreiras sobre o binarismo. Mas as conquistas que abordam diversidade na Educação Básica — ao considerar políticas públicas nacionais — ainda são pequenas e caminham a passos lentos.

Por isso, a busca por comparações e histórias de vidas são ainda fundamentais para os processos de identificação, como foi apontada pela pesquisa de Dos Reis e Pinho (2016): “as identificações acontecem por comparação de história de vida. Dessa forma, a socialização se torna peça-chave para um melhor entendimento de gênero e enquadramento social” (p.20). A presença de pessoas dissidentes de sexualidade e desobedientes de gênero nas redes sociais, portanto, acabam por desempenhar um papel importante no processo de identificação e entendimento, estimulando outras prerrogativas que fogem da cisheteronormatividade. Quando esses perfis desempenham uma característica de explicação de suas vivências, colocando textos e conteúdos que quebrem com a perspectiva do que é compreendido como “natural” para gênero e sexualidade, eles desempenham uma pedagogia queer, criando possibilidades de socialização e comparação.

3. A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM PERFIS DE REDES SOCIAIS

É dentro dessa perspectiva que as páginas nas redes sociais — principalmente no Instagram — podem ganhar potencialidades. Elas oferecem a possibilidade de gerar identificações, apresentar as potencialidades de performances de gêneros e as temáticas que abordam a vida de uma pessoa não-binária. Para Ruiz (2021), a não-binariedade não é contemplada dentro do próprio idioma, o que dificulta ainda mais a percepção de que uma pessoa pode não se identificar com o masculino ou feminino:

Expressões de gênero não binárias se afastam da cisgeneralidade e binarismo, existindo em um entre-lugar que, por um longo período, não se encontrava respaldo nem sequer na língua. Nesse sentido, apesar do crescente interesse pelos estudos sobre a linguagem neutra e o ativismo da comunidade não-binária, existir fora do binarismo inerente ao sistema ainda traz muitas dificuldades (RUIZ, 2021, p. 02, tradução nossa).

⁶A Teoria Queer é um conceito que pode ajudar a aumentar as possibilidades em torno do gênero e oferecer às pessoas não-binárias caminhos para se sentirem representadas e presentes dentro da sociedade. Vale ressaltar que não são apenas pessoas heteras e cisgêneras que silenciam a luta da não-binariedade, também dentro da comunidade LGBTI+ essa discussão é pouco avançada (RUIZ, 2021).

Para ajudar nesta análise, foram escolhidos dois perfis no Instagram: o primeiro tem uma abordagem mais genérica e sem a presença de uma pessoa como autora e proprietária do perfil; enquanto o segundo perfil apresenta as perspectivas do artista trans não-binário, *jupi77er*. A intenção dessa análise é analisar como acontece o papel pedagógico nas publicações realizadas, dentro da perspectiva da Teoria Queer, ao mostrar a presença — ou não — de uma característica informativa em algumas publicações sobre a questão da não-binariedade. A análise focou-se nas publicações nas quais a característica pedagógica estava em evidência, na qual os conteúdos visavam passar um conhecimento sobre a não-binariedade, a fim de analisar como essa abordagem é realizada, considerando para a perspectiva analítica os conhecimentos da Teoria Queer.

3.1. PERFIL “SER NÃO BINÁRIO”

O primeiro perfil a ser analisado será o “Ser não binário”. Até o dia 12 de agosto de 2022, ele contava com 5.303 seguidores e 44 publicações. Mesmo tendo realizado o último post no dia 14 de julho de 2021, o perfil cresceu em 1.617 seguidores em uma comparação entre agosto de 2021 e agosto de 2022 (ambos os meses foram visitados pela autora do artigo para construção deste texto). Em sua bio, o perfil se define como “Visibilizar nossas vivências e experiências. Nós existimos e resistimos 🧡💜🖤”. As publicações da página variam entre charges, imagens, cartoons, pequenas histórias e alguns guias produzidos pela própria. Esses guias

⁶ Original: Expresiones de género no binarias se apartan de la cisgeneridad y binarismo, existiendo en un entre sitio que, por un largo periodo, no encontraba respaldo ni siquiera en el lenguaje. En ese sentido, a pesar del creciente interés de estudios acerca de lenguaje neutro y del activismo de la comunidad no binaria, existir fuera del binarismo inherente al sistema todavía trae innúmeras dificultades.

variam em suas temáticas, apontando indicações de livros até mesmo “Como lidar com a disforia”, “guia prático sobre o que fazer quando alguém que você conhece mudou seu nome/pronomes” e “como deixar o mundo mais inclusivo para pessoas não-binárias”. A primeira publicação feita pela página é uma tirinha na qual há o seguinte diálogo: “- você é menina? /- não / - Então é um menino? - Também não”. Junto ao conteúdo foi publicada a seguinte legenda: “sejam bem vindes! 🌈”⁷, o que indica uma característica receptiva e acolhedora da página. Essa característica acolhedora também está presente na descrição do perfil — chamada de Bio. Como abordado por Dos Reis e Pinho (2016), o entendimento de gênero também pode ser realizado por meio dos processos de identificação entre as pessoas. Ao colocar-se à disposição dos usuários para entrar em contato “caso necessidade”, o perfil dispõe-se a cumprir esse papel de acolhimento, mostrando para a pessoa que ela não está sozinha nesse processo de percepção em torno da não-binariedade, sendo que a pessoa autora do perfil coloca-se à disposição para conversar e dialogar quando for necessário.

Ao colocarem “Precisando conversar, chama na dm!”, a página demonstra-se aberta para dialogar com as pessoas, criando uma abertura que pode ser de receptividade às dúvidas, narrativas e vivências dos seguidores e não-seguidores. Segundo Miskolci (2012), “uma perspectiva queer exigiria repensar a educação a partir das experiências que foram historicamente subalternizadas, até mesmo ignoradas, mas que podem ajudar a repensar nossa sociedade, buscar superar injustiças e desigualdades” (p.17), nesse sentido, pode-se perceber que a abordagem realizada pela página proporciona espaços de inversão de valores tradicionais e espaços de acolhimento e recepção para narrativas que são apagadas e isoladas.

No conteúdo publicado no dia 21 de junho⁸, a legenda indica o motivo pelo qual ter feito um post tão explicativo: “Galera, essas são só algumas das várias identidades não-binárias. Resolvi fazer esse post explicativo para responder às dúvidas mais frequentes. Obs.: O bigênero é quem

⁷ Publicação do dia 07/01/2020, disponível em: <https://www.instagram.com/p/B7AafhQgB7J/>. Acesso em 12/07/2022.

⁸ Publicação do dia 21/06/2020, disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBt5aTLJzF-/>. Acesso 15/08/2021.

se identifica com 2 gêneros, não precisa ser necessariamente com o feminino e o masculino. Quem tiver alguma dúvida ou algo a acrescentar comenta aqui ou manda no direct.”. Dentre os comentários recebidos no post há agradecimentos, relatos de estar na fase de “descoberta” de sua própria identidade e que o conteúdo ajudou nesse processo e relatos pessoais de suas descobertas de identidades. Em uma outra publicação, no mesmo formato — carrossel de imagens —, do dia 15 de julho de 2020, o foco estava em apresentar algumas sexualidades não-binárias. Na legenda do conteúdo, novamente uma justificativa pelo post por meio de uma abordagem educativa, finalizando com um convite para adicionar algo que possa não ter sido contemplado pela sequência de imagens: “Gente, trouxe esse post com o objetivo de esclarecer dúvidas em relação à orientação sexual de pessoas não-binárias. Lembrando que existem várias outras sexualidades, colocamos aqui apenas algumas. Quem quiser acrescentar ou sinalizar algo, deixa aqui nos comentários”. Os comentários novamente são de pessoas que agradecem a publicação: “Esse post me libertou de uma agonia comandada por uma série de questões. Obrigada!”. Entretanto, aparecem também críticas, questionando a ausência da bissexualidade dentro dos espectros de sexualidade apresentada na última publicação abordada.

Já em publicação, realizada no dia 05 de setembro de 2020⁹, a página levanta questões sobre a transição de pessoas não-binárias. A abordagem é feita por meio de uma sequência de posts que fala sobre pessoas que transicionam seus gêneros, utilizando hormônios. A primeira imagem apresenta a pergunta: “Transição não-binária significa que você está se encaminhando para o binário de gênero”, em sequência, o perfil defende que: “algumas pessoas não-binárias escolhem fazer transição com o objetivo de ficarem com a aparência mais masculina ou feminina, seja mudando o estilo de cabelo, roupas, fazendo harmonização, cirurgias ou mudanças legais, mas sua identidade ainda é não-binária. Assim como também existem pessoas não-binárias que escolhem não fazer nenhuma mudança, a vivência da identidade de gênero é individual”. Na terceira imagem, finaliza dizendo que: “e se isso te dá a sensação de estar

⁹ Publicação do dia 05/09/2020, disponível em: <https://www.instagram.com/p/CExZ0mtHtzo/>. Acesso 15/08/2021.

traiando sua identidade, apenas lembre de que você tem que se sentir confortável consigo mesmo. Se sentiu que precisa fazer a transição para que isso aconteça, está tudo bem, sua aparência física e expressão de gênero não invalidam a sua identidade”. A legenda que acompanha essa série de imagens fala que: “As mudanças fazem parte da sua jornada de autoconhecimento, o processo é muito individual. Se permita explorar sua identidade!”.

Os conteúdos apresentados pela página apresentam textos e abordagens com a intenção de compartilhar conhecimento. Pelas interações recebidas nas publicações, nota-se que esses posts tiveram a capacidade de auxiliar outras pessoas no processo de descoberta de termos e possibilidades dentro da não-binariedade. A abordagem pedagógica das publicações transmitem um interesse de fazer com que essas existências sejam potencializadas por meio do diálogo aberto (se necessário é possível acionar a pessoa autora diretamente nas mensagens) ou pela troca de experiências (que acontecem mais fortemente nos comentários das publicações). Cria-se, portanto, um local para identificação entre uma pessoa e outra, impactando a subjetividade das pessoas e propondo um tempo para a reflexão do conhecimento de si.

3.2. PERFIL “JUPI77ER”

Na biografia do perfil, Jupi77er define-se como “artista trans não binário (o/ele/-o)”. É morador de São Paulo, Zona Norte e deixa o seu contato profissional junto com o de outros projetos realizados por ele. Nos destaques do perfil, pode-se ver como Jupi77er atua dentro da questão não-binária, sendo que o primeiro já é referente ao curso que oferece sobre não-binariedade e introdução à linguagem neutra. Segundo ele, o curso é cada vez mais aprimorado, sendo atualizado com novos conteúdos e abordagens, as aulas acontecem de forma periódica — em média de uma vez ao mês. Ao demonstrar o valor do processo de identificação, trabalhado por Dos Reis e Pinho (2016) em suas pesquisas, o artista tem o segundo destaque do seu perfil voltado para o seu e-book “Escrevivência Não-binária”.

Até o dia 15 de agosto de 2021, Jupi77er contava com 491 publicações e 20,7 mil seguidores. Dentre os conteúdos publicados podemos destacar abordagens ao movimento LGBTI+, com destaque para a questão não-binária, como a notícia do “Filhe de Eminem se declara de gênero não binário”¹⁰. Há também celebrações, como na publicação feita no dia 08 de agosto de 2021, sobre os dois anos em que está reconhecido no cartório sua identidade de gênero¹¹, na legenda da publicação: “Foi ontem e eu nem consegui comemorar, mas hoje não vai passar batido não!!! FAZ DOIS ANOS QUE JUPITTER EXISTE! Dois aninho que eu sou eu, no papel, no cartório e na Vida!!! Parabéns pra mim, né? Obrigado de verdade a todes que me acompanham aqui nessa linda jornada de encontro a mim mesmo! Você tá aqui há quanto tempo? Agradeço tb todes que tão contribuindo com o Ebook!!! Se você não baixou ainda, não deixa de baixar! o link tá na bio!!! Só gratidão #trasnversario”.

Dentro dos vários formatos publicados, a página do Jupi77er também aposta em vídeos, como na poesia desabafo realizado no dia 11 de junho de 2021¹². Na poesia ele fala: “Porque você está falando por mim? (...) E por acaso eu não tenho voz? (...) Olhou para minha identidade com desdém dizendo: você jamais será como nós. Como nós o que? Como sua binaridade cirúrgica? Estética? Ótica, física, moldada, instituída, institucional, clínica, cristã, colonial, binarista? Jamais serei mesmo (...)”. O texto que acompanha na legenda diz: “Por que você está falando por mim? Poesia desabafo, grito, talvez manifesto. Pessoas não binárias são trans. Não adianta dizer o contrário”. Nesta publicação, Jupitter coloca a sua visão sobre a não-binariedade, defendendo-a como um espectro pertencente à transgeneridade, uma questão que ainda não totalmente aceita dentro da própria comunidade LGBTI+. Há pessoas que não entendem a não-binariedade como uma ruptura da cisgeneridade. Para Ruiz (2021), embora não haja consenso entre as pessoas não binárias nas suas identificações como trans, “a

¹⁰ Publicação do dia 13/08/2021, disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSHnrECLo5r/>. Acesso 15/08/2021.

¹¹ Publicado no dia 08/08/2021, disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSUX8ZnAwF-/>. Acesso em 15/08/2021.

¹² Publicado no dia 11/06/2021, disponível em: https://www.instagram.com/p/CP_N1iPjdLB/. Acesso em 15/08/2021.

possibilidade de falar sobre não-binariedade se relaciona com a ruptura ocasionada por estudos de gênero e queer que, ao dissertar sobre a transsexualidade, revelou como é limitante restringir o gênero a um binômio. Segundo Bornstein (1994), a experiência trans não pode ser pensada como normativa e tipicamente binária, pois escapa ao que é determinado pelo sistema” (RUIZ, 2021, p.03, tradução nossa).¹³ Desse modo, compreender a não-binariedade como uma ruptura da cisgeneridade é possível, pois ela não segue as ordens de um sistema heteronormativo vigente.

Nas publicações de Jupiter há uma abordagem diferente para o mecanismo de identificação, os conteúdos são pautados por sua vivência, mostrando que ele se faz personagem nos textos e apresenta-se abertamente como uma pessoa não-binária. É este o mecanismo para promover uma identificação e aproximação dos seguidores. Jupiter também aproveita da sua arte — é cantor — para apresentar poesias, músicas e outras formas de expressão para conscientizar em torno do seu corpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coleta de dados referente à não-binariedade ainda é um desafio, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), ainda é difícil fazer um levantamento sobre a vivência, experiências e violências sofridas por pessoas que se identificam como não-binários. A falta de informações impulsiona o número de pesquisas em espaços acadêmicos, os quais debatem a importância da linguagem não-binária e a construção de uma possibilidade de incluí-la dentro da rotina escolares. Como abordado até aqui, o espaço escolar é um ambiente de desafio e violência para pessoas LGBTI+ (Dos Reis; Pinho, 2016), e tentar deixar esse local mais acolhedor para as possibilidades de gêneros e sexualidade incentiva o crescimento de

¹³ Original: la posibilidad de hablar sobre no binarismo se relaciona a la ruptura ocasionada por estudios de género y queer que, al disertar sobre transsexualidad, dieron a conocer cuan limitante es restringir el género a un binomio. Conforme plantea Bornstein (1994), la experiencia trans no puede ser pensada como normativa y típicamente binaria, pues escapa a lo que determina el sistema.

ações pedagógicas como as propostas pela Teoria Queer — embora ainda não sejam oficialmente aplicadas dentro das instituições de ensino básico.

As redes sociais, portanto, assumem um protagonismo importante na representação e identificação de pessoas LGBTI+. Nesta análise podemos conferir como perfis que abordam a não-binariedade assumem uma característica informativa, transmitindo conhecimento sobre as potencialidades dentro das variações de gêneros e apresentando uma vivência como não-binário. Por meio da experiência de uma pessoa, é possível criar pontes de identificação e autodescobertas, como é percebido nas interações feitas especificamente nas páginas dos Instagram analisadas neste artigo.

Ainda é difícil abordar as questões da não-binariedade dentro do campo da comunicação, as produções midiáticas tradicionais ainda não trabalham essa possibilidade de gênero nos principais conteúdos, como novelas e séries — considerando o canal aberto. A aparência física — ou expressão de gênero — ainda é um fator predominante para a determinação dos pólos do binarismo predominante e, portanto, a tendência é de uma classificação imediata entre homem e mulher. Quebrar com esse raciocínio prévio é um exercício de percepção sobre potencialidades de gênero, por isso, esses perfis ganham uma importância considerável em busca de uma estrutura pedagógica diferente, que consiga romper com a construção de uma lógica “natural” em torno da binariedade de gênero, mostrando que há muitas outras formas de se identificar e fazer-se presente na sociedade.

Referências Bibliográficas

- AHMED, Sarah. Sentimientos Queer. In: **La política cultural de las emociones**. 2015.
- BERNINI, Lorenzo. Macho e fêmea Deus os criou! A sabotagem transmodernista do sistema binário sexual. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*. Natal. v. 5, n. 06, 2011.
- DOS REIS, N. & PINHO, R. (2016). **Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação**. Reflexão e Ação, 24 (1), 7-25. <http://dx.doi.org/10.17058/rea.v24i1.7045>.
- KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**. São Paulo: Boitempo, 2009. p.109-135.

LIMA, Helen. **Não-binariedade uma saída da colonialidade de poder-saber-ser e de gênero.** REVISTA SEARA FILOSÓFICA , Número 21 , Inverno /2020 , pp. 170 - 184.

LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade.** Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª ed. 127p. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

PRECIADO, B. **Terror anal.** In: HOCQUENGHEM, Guy. El deseo homosexual. Madri: Melusina, p. 133-174, 2009 (posfácio do livro).

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, V. 2, N. 3, p. 3-15, 1989.
Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf

RUIZ, Melissa. **Subvertiendo las fronteras de género géneros no binarios.** Research, Society and Development, v. 10, n. 2, 2021. ISSN 2525-3409.

ROLNIK, Suely. Insurgências macro e micropolítica: dessemelhanças e entrelaçamentos. In: ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada.** São Paulo: n-1. edições, 2019. p. 99-145.